

Divulgação da lei sobre aborto seguro

Enfermeiras dizem que o sector da Saúde deve envolver os cidadãos

Maputo (Canalmoz) – Apesar da aprovação, há cinco anos, da legislação que descriminaliza o aborto nas primeiras 12 semanas de gravidez, alguns factores (falta de confidencialidade, custos altos, estigma, marginalização e aspectos culturais e sociais) constituem uma barreira para as mulheres e as raparigas acederem ao serviço de aborto seguro.

Benilde Piquete, enfermeira de Saúde Materno-Infantil, disse que as mulheres não optam pelo aborto seguro porque, no seio da família, são-lhes atribuídos nomes pejorativos e, no hospital, são questionadas por que é que querem fazer aborto.

“Os técnicos da Saúde têm dificuldades em entender a lei sobre o aborto seguro. As matronas sempre pensam que o aborto é crime. Nos ritos de iniciação, as meninas são preparadas e, quando voltam para casa, querem implementar o que aprenderam”, disse Benilde Piquete, à margem da cerimónia de apresentação dos resultados de uma pesquisa intitulada “As barreiras e facilidades para opções de aborto seguro nas províncias de Nampula e Zambézia”, realizada recentemente em Maputo.

Benilde Piquete trabalha na Direcção Provincial de Saúde da Zambézia e disse que há necessidade de o sector da Saúde envolver os cidadãos e as famílias na divulgação da lei sobre o aborto seguro.

Eva Massitela disse que Moçambique é um país diversificado, onde cada mulher tem as suas oportunidades.

“Para umas mulheres, o aborto é pecado. Para outras, o aborto é morte. Hoje, como Moçambique, demos um avanço. Cada mulher é um caso.

O aborto é desafiante, não é fácil ir a um hospital e dar a cara. Temos de diminuir um pouco os julgamentos. Quando uma mulher toma uma decisão, temos de olhar isso”, afirmou.

Acrescentou que, para aquela mulher que foi ao hospital, não se deve argumentar sobre ela, pois o primeiro e maior benefício é a lei, e o segundo benefício é a segurança. “À luz da lei, a mulher tem seis semanas para decidir”, disse.

Uma participante que participou no evento, mas que pediu para não ser identificada, afirmou: “A informação sobre o aborto seguro deve ser levada às famílias. Tive um episódio. Tentei tirar a gravidez e não consegui. O meu pai zangou-se e deixou de pagar as minhas contas. Há necessidade de os pais estarem conscientes sobre o que se passa com o aborto seguro. Há muitas raparigas que morrem por aborto inseguro. O alvo disso é a nossa família”, disse.

Informação que não chega aos cidadãos

Juliana Langa, assessora de políticas no IPAS, uma organização não-governamental que trabalha sobre o aborto seguro, disse que as mulheres têm falta de informação sobre esta matéria.

“A lei foi aprovada em 2014 e, infelizmente, não é do domínio dos servidores públicos. A falta de confidencialidade, o estigma e o custo de aborto faz com que as raparigas não procurem os abortos nas unidades sanitárias.”

Acrescentou que muitas mulheres e raparigas alegam a questão de privacidade para o acesso aos serviços. E o IPAS está a trabalhar na melhoria

e criação de espaços seguros.

“O objectivo central do IPAS é reduzir as mortes, as deficiências resultantes dos abortos inseguros, e, nisso, temos o Diploma Ministerial que dá a possibilidade de qualquer mulher poder aceder a esses serviços de forma gratuita nas unidades sanitárias públicas. É sempre melhor optar pelo aborto seguro, porque o inseguro traz consigo várias consequências, não só em termos financeiros, mas também em termos físicos da própria mulher que vai enveredar por este caminho que acaba deixando sequelas”.

Os números

Um estudo realizado pela IPAS na província de Zambézia (Quelimane e distrito de Mocuba) e Nampula (cidade de Nacala e distrito de Mogovolas) mostra que os abortos inseguros contribuem significativamente em Moçambique para a alta taxa de mortalidade materna, com cerca de 289 casos de mortes maternas em 100.000 casos de nascimento. Em 2014, Moçambique aprovou legislação que descriminaliza os serviços de aborto para mulheres.

O estudo indica que a maioria dos abortos nos locais em que a pesquisa foi realizada é insegura e que a gravidez indesejada e o aborto têm um grande impacto na vida das raparigas, físico, psicológico e principalmente resultando em estigma e discriminação que as raparigas nesta situação sofrem.

A pesquisa diz que, na região austral, uma em cada quatro gravidezes resulta em aborto, e provavelmente mais de um quarto dos abortos são inseguros. **(Cláudio Saúde)**